

Opinião

A pobreza segundo o Ipea

Jorge Rubem Folena de Oliveira

Não se discute o poder da informação, sendo certo que, bem manipulada, pode transformar números relativos em verdades absolutas. Foi justamente o que aconteceu na edição de seis de agosto de 2008 dos principais jornais brasileiros, que noticiaram com destaque que o País passou a ter menos pobres e mais ricos. Segundo o "Jornal do Brasil" (primeira página), chegou "A vez da classe média. Estudos mostram que o Brasil exibe nova pirâmide social com menos pobres e mais ricos".

O sonho de qualquer nação é diminuir a pobreza, pois o que confirma o grau de desenvolvimento de um país são seus indicadores sociais e econômicos. Todavia, as pesquisas do Ipea e da Fundação Getúlio Vargas, que serviram de base para a propalada notícia, abrangearam apenas as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Ou seja, foi avaliado apenas um quarto da população brasileira, segundo informação dos referidos institutos.

Como pode uma pesquisa, limitada a seis capitais, ser categórica em afirmar que a pobreza no Brasil diminuiu, e valendo-se de dados colhidos em apenas 25% da população?

Ironicamente, conforme destacou a TRIBUNA DA IMPRENSA do mesmo dia (p. 7), "Recife e Salvador apresentaram as maiores taxas de pobreza: Recife com 43,1% e Salvador com 37,4%".

Vê-se que justamente as duas cidades fora do eixo Sul-Sudeste exibiram o menor grau de diminuição da pobreza. Nessas condições, como não foram incluídas na pesquisa as demais capitais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte do País, regiões historicamente menos desenvolvidas, não se pode afirmar, com tanta ênfase, que tenha ocorrido a sonhada diminuição da desigualdade social.

Os números apresentados são risíveis, pois o Ipea define como pobre quem tem renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50). Ora, pobre é quem consegue suprir com dignidade suas necessidades mínimas (alimento, habitação, vestuário, saúde, educação, transporte etc.), o que é impossível de se alcançar até mesmo com o salário vigente, de R\$ R\$ 415,00.

Quem ganha R\$ 207,50 deveria ser considerado miserável, na medida em que não dá para suprir as necessidades fundamentais de uma única pessoa,

ainda mais quando o custo dos alimentos da cesta básica subiu 14,8% em um ano, como divulgou a Associação Brasileira de Supermercados - Abras (TRIBUNA DA IMPRENSA de 31/07/2008, p. 7).

Como se não bastasse, também os aluguéis terão reajustes acima de 15%, na medida em que a maioria dos contratos de locação tem como base o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Em patamares reais, quem ganha menos que um salário mínimo deveria ser considerado indigente. Mas, de acordo com a pesquisa, o adjetivo se aplica apenas a quem tem renda per capita até R\$ 103,75, isto é, um quarto do salário mínimo.

Tais números servem para comprovar como um pensamento pode ser manipulado, conduzindo à crença de que tudo vai bem no País.

Mas o que se vê nas ruas são crianças sem escola, obrigadas a trabalhar ao lado de idosos, em meio à violência crescente. Assim, temos o perfeito retrato de que tudo vai mal, independente da força da propaganda.

Jorge Rubem Folena de Oliveira é membro do Instituto dos Advogados Brasileiros da Sociedade Brasileira de Geografia